



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Mariana Isabel da Silva Campos

**As memórias coletivas sobre o colonialismo e preconceitos intergrupais:
uma Revisão Sistemática**

Trabalho realizado sob orientação de:
Professora Doutora Joana Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral

abril 2023



Mariana Isabel da Silva Campos

**As memórias coletivas sobre o colonialismo e preconceitos
intergrupais: uma Revisão Sistemática**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto

Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto

No dia 15/04/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

Arguente: Professora Doutora Célia Regina Gomes Oliveira

Orientadora: Professora Doutora Joana Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral

abril 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

Agradecer à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Joana Cabral por toda a disponibilidade, atenção, paciência e ajuda durante todo este processo que teve os seus altos e baixos.

Agradecer aos meus pais e ao meu irmão pela motivação, incentivo e apoio que me deram, bem como a toda a minha família que sempre se demonstraram disponíveis a ajudar no que fosse necessário para concluir esta etapa com sucesso

Agradecer também aos meus amigos, que estavam sempre disponíveis para me ouvir, para me animar e me distrair, mesmo com todo o nervosismo e ansiedade que esta etapa acarreta. Todo este processo acaba por fazer com que eles estejam tão ansiosos quanto eu em terminar esta etapa.

Não esquecer também os amigos que fizeram parte desta caminhada ao longo de 5 anos, e que sem dúvida se tornaram pessoas importantes, e que me ensinaram muito.

A toda a gente que de certa forma contribui e que esteve presente ao longo deste caminho, um enorme obrigado.

As memórias coletivas sobre o colonialismo e a sua influência nos comportamentos discriminatórios atuais: uma Revisão Sistemática

Resumo

As memórias são criadas a partir de um todo, seja esse todo constituído por componentes internas ou externas, por experiências próprias, relatadas por familiares ou até mesmo pelos media em forma de notícia, censura ou arte. Assim acontece com o colonialismo, na qual inicialmente memórias relacionadas foram negadas, escondidas em prol de histórias de conquistas, lutas, heróis. Existe pouca informação que reflita as memórias coloniais nas diferentes perspetivas. Esta revisão sistemática pretende: (i) explorar o papel dos media na construção de memórias coletivas relacionadas com a vivência do colonialismo; (ii) explorar a influência das memórias sobre o colonialismo nas memórias coletivas, o seu impacto nas identidades sociais e atitudes. Foram extraídos um total de 723 artigos de três bases de dados (B-On, Psycinfo, Pub-Med) entre janeiro de 2010 e novembro de 2021. Dez artigos cumpriram os critérios de inclusão. Os resultados indicam a valência das memórias transmitidas pelos familiares em comparação com a esfera pública, bem como a importância que esta esfera tem na criação, na alteração de memórias. É de realçar também a importância de se sentir pertencente a um grupo e como isso pode afetar os nossos ideias, crenças e atitudes perante outro grupo.

Palavras-chave: memória coletiva; colonialismo; memória colonial; media:

Collective memories about colonialism and its influence on current discriminatory behaviors: a systematic review

Abstract

Memories are created from a whole, whether this whole is constituted by internal or external components, by own experiences, reported by family members, or even by the media in the form of news, censorship, or art. This is what happens with colonialism, in which initially related memories were denied, hidden in favor of stories of conquests, struggles, heroes. There is little information reflecting colonial memories from different perspectives. This systematic review aims to: (i) explore the role of the media in the construction of collective memories related to the experience of colonialism; (ii) explore the influence of memories about colonialism on collective memories, their impact on social identities and attitudes. A total of 723 articles were extracted from three databases (B-On, Psycinfo, Pub-Med) between January 2010 and November 2021. Ten articles met the inclusion criteria. The results indicate the valence of memories transmitted by family members compared to the public sphere, as well as the importance that this sphere has in creating, changing memories. Also of note is the importance of feeling belonging to a group and how this can affect our ideas, beliefs, and attitudes towards another group.

Keywords: collective memory; colonialism; colonial memory; media;

Índice	
Introdução	9
Memória Coletiva	9
Lembrança ou esquecimento colaborativo e contágio social.....	10
Lembrança colaborativa e regulação emocional.....	12
Memória, produção de cultura e representações sociais	13
A Memória e conflito.....	16
Esquecimento e lembrança social	16
Memória e Colonialismo	17
O estudo	18
Método	19
Resultados	21
Discussão	28
Limitações	32
Implicações para a prática.....	32
Referências Bibliográficas	33

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1 – Fluxograma da seleção dos estudos

Tabela 1 – Tabela do resumo dos estudos selecionados

Lista de Abreviaturas

RIF – Esquecimento induzido por recuperação

SSRIF – Esquecimento induzido por recuperação socialmente compartilha

Introdução

Memória Coletiva

O ser humano é constituído de memórias, memórias essas individuais e coletivas, que estabelecem influências recíprocas, que lhe conferem identidade e que moldam a forma como este vê o mundo e os outros (Henkel & Rajaram, 2011). A memória coletiva depende da partilha de vivências em conjunto num grupo, criando a sua identidade cultural, política e de grupo (Hirst & Manier, 2008, Roediger & Abel 2015). Nesta memória compartilhada, existem detalhes da qual todos os membros do grupo se lembram ou se esquecem, seja em simultâneo ou por influência interna ou externa (Congleton & Rajaram, 2015).

Segundo Halbwachs (1968), os grupos sociais assumem uma enorme importância na formação da memória, sendo principalmente nestes que cada pessoa procura as estruturas sociais que permitem a compreensão do mundo social. Assim, esta memória social vem sendo entendida como uma construção social que é moldada pelos diversos eventos, não devendo o foco ser meramente nos eventos passados, mas também nas nuances da sociedade e da política do presente (Obradović, 2016). Mais precisamente, o ser humano é constituído por quadros sociais que são influenciados por memórias passadas, lembranças sociais que confirmam ou negam essas memórias, e experiências presentes que se tornarão memórias (Santos, 1998).

A dimensão social das memórias autobiográficas emerge quando pessoas compartilham eventos do seu passado pessoal com outra pessoa, ou quando duas ou mais pessoas se lembram em conjunto de um evento que anteriormente vivenciaram juntas. (Henkel & Rajaram, 2011). O contexto social está assim implicado nas memórias autobiográficas, que mesmo consistindo no conhecimento sobre o próprio e sobre eventos pessoais mais específicos, são formadas em ambientes sociais, sendo tópicos frequentes de conversa, de partilha, de compartilhamento social. Alea e Bluck (2003, 2007) defendem a função social das memórias autobiográficas e argumentam que compartilhar memórias é uma ação orientada para um objetivo de facilitar laços sociais. Partilhar memórias autobiográficas permite ensinar e informar os outros, evocar e retribuir empatia, mas também proporcionar intimidade. As funções sociais da partilha de memórias tornam-nas facilitadoras e fortalecedoras das relações sociais, ao mesmo tempo que contribuem para a natureza reconstrutiva das memórias autobiográficas (Alea & Bluck, 2007),

A memória coletiva, refere-se ao desenvolvimento de memórias sobrepostas causado pelo facto de grupos de pessoas vivenciarem o mesmo evento (Congleton & Rajaram, 2014).

Associada à memória coletiva, e ao fator social que a influencia, surge a memória colaborativa e a pós-colaborativa. Mais especificamente, a memória colaborativa refere-se ao processo que envolve um grupo (duas pessoas ou mais) a recordar informação em conjunto que pode ter sido experienciada individualmente ou em conjunto. Esta memória que é criada durante a lembrança colaborativa origina a memória pós-colaborativa, que se define pela memória que é criada tendo em conta a partilha feita em grupo e que posteriormente influencia a memória autobiográfica, a memória individual (Congleton & Rajaram, 2014).

Sendo esta memória um fenómeno associado à lembrança social, surge tendo por base fenómenos como interrupção da recuperação, reexposição e transmissão mnemónica como o contágio social de falsas memórias (Hirst & Manier, 2008). Este fenómeno associa-se também ao número de itens sobrepostos que todos os membros do grupo se lembram, ou que todos os membros do grupo se esquecem ao nível da memória individual pós-colaborativa (Choi et al., 2014).

A evidência revela que a recordação colaborativa dentro de grupos, sejam mais homogêneos ou diversos gera uma quantidade equivalente de informação coletivamente lembrada. Já quanto à quantidade de informação coletivamente esquecida, esta tende a ser significativamente maior nos grupos homogêneos. Isto acontece porque num grupo idêntico, as memórias semelhantes são recuperadas repetidamente, oferecendo menos informação nova e proporcionando mais memórias coletivamente esquecidas (Choi et al., 2014, como citado em Maswood et al., 2018).

Lembrança ou esquecimento colaborativo e contágio social

No fenómeno de memória coletiva e de partilha de informação, é de realçar o viés de negatividade na lembrança colaborativa, que associado à transmissão de informação, à importância do contágio social e da propagação de informação, refere a importância de se avaliar o motivo pela qual as informações de conotação negativa acabam por ser mais frequentemente transmitidas em maior escala nas redes digitais, bem como na disseminação de boatos ou desinformação (Maswood et al., 2018).

Durante a evocação colaborativa atuam como principais mecanismos a interrupção da recuperação e reexposição, que têm a capacidade de moldar a memória individual e de grupo, mas também a formação da memória coletiva. A interrupção da recuperação atua durante a colaboração e produz inibição na recordação do grupo (Maswood, et al., 2018). O efeito de inibição colaborativa ocorre quando se compara o desempenho na recordação de

grupos colaborativos com o do grupo nominal, composto pelo igual número de elementos, mas testados individualmente, verificando-se que o desempenho dos grupos colaborativos é inferior (Blumen & Rajaram, 2008 como citado em Maswood et al., 2018).

Já a reexposição refere-se a um mecanismo a partir do qual o processo de lembrança colaborativa oferece uma segunda oportunidade de aprender as informações que foram lembradas por outros membros do grupo, algo que não poderia acontecer, não poderia ser lembrado por um elemento do grupo se tivesse trabalhado sozinho. Este mecanismo permite então aumentar a recordação pelo facto de ter ouvido outros membros do grupo relembrares informações que poderiam ter sido esquecidas, influenciando a memória individual pós-colaborativa (Blumen & Rajaram, 2008 como citado em Maswood, et al., 2018). Associado à reexposição surgem as pistas cruzadas, um mecanismo pelo qual um item lembrado por um parceiro acaba por servir como pista para a informação a ser recuperada. (Congleton & Rajaram, 2014).

A teoria da realidade compartilhada foca-se no papel das motivações e da consciência dos estados internos nas dinâmicas de uma comunicação bem-sucedida em torno de uma realidade compartilhada em conversas. Esta teoria defende que quando os oradores sintonizam a mensagem com o público com o objetivo de se ajustarem e fazer coincidir nas suas atitudes e conhecimentos, pode influenciar a capacidade ou até mesmo as lembranças (Echterhoff et al., 2009).

Todos estes processos envolvidos no contexto de transmissão social da memória e como consequência da colaboração, podem influenciar o surgimento de efeitos de contágio social. Nem sempre as memórias compartilhadas são integralmente verídicas, sendo possível que cada pessoa incorpore nas suas memórias informações e detalhes que não aconteceram na sua experiência, mas que foram transmitidas por outra pessoa numa interação de lembrança colaborativa (Hirst & Echterhoff, 2012).

Assim, estas novas informações não vividas pelo próprio e que influenciam a memória são explicadas pela teoria da transmissão social. Esta teoria, é útil para compreender a dispersão de informação não verídica ou de falsas memórias. Mostra assim que a memória se contamina com desinformação introduzida por outros durante a recordação e que, mesmo as memórias emocionais não são imunes ao contágio, mesmo que o efeito seja significativamente menor comparando com as memórias ou informações não emocionais (Choi, et al., 2017).

As informações emocionais e não emocionais são suscetíveis a erros de contágio de social, e essa mesma transmissão de erros e a confiança que esses erros de memória exibem, são mediadas pelas diferentes estruturas que constituem um grupo (Choi, et al., 2014).

Relativamente ao contágio nas diversas redes, estudos mostram que este aumenta em grupos reconfigurados, ou seja, uma rede diversa que inclui mais e diferentes parceiros colaborativos, comparativamente com grupos insulares ou mais restritos e que incluem os mesmos parceiros colaborativos repetidamente (Meade & Gigone, 2011).

Lembrança colaborativa e regulação emocional

As emoções e a regulação emocional contribuem significativamente para a natureza reconstrutiva da memória e nela podem introduzir vieses defensivos mais ou menos intensos, no que diz respeito a lembrar ou a esquecer detalhes de um evento ou mesmo o evento por completo. Esta natureza reconstrutiva da memória, assenta na flexibilidade perante componentes como a lembrança, a partilha, o tempo que já passou, ou até mesmo com a conotação ou os sentimentos que a memória acarreta (Maswood, et al., 2018).

Os acontecimentos, sejam vividos em grupo ou individualmente, comportam uma valência e intensidade emocional, negativa ou positiva, o que influencia a forma como guardamos e evocamos a memória dessas vivências (Henkel & Rajaram, 2011). A intensidade emocional dos eventos negativos, diminui mais rapidamente comparativamente com a intensidade associada a eventos positivos, resultando num efeito de viés de afeto que leva ao desvanecimento da memória autobiográfica dos acontecimentos negativos. Este aspeto acaba por favorecer a evocação de memórias com uma intensidade emocional mais positiva, mais vívidas e intensas em comparação com as memórias ou detalhes negativos (Henkel & Rajaram, 2011).

A lembrança colaborativa pode influenciar a forma como os indivíduos mais tarde se lembram de um evento autobiográfico, mas também pode influenciar as emoções que estão associadas ao evento. A investigação na área demonstra que narrativas de eventos partilhados socialmente são caracterizadas por emoções mais positivas, bem como apresenta palavras que indicam menos envolvimento do próprio e uma maior distância temporal em relação ao evento narrado, quando comparadas com narrativas de acontecimentos não partilhados (Pasupathi, 2003).

As componentes, os fatores referidos anteriormente oferecem oportunidades como a avaliação de perspetivas que estão disponíveis num ambiente de grupo e que podem desafiar e influenciar, não só as memórias de raiz de um indivíduo e os detalhes que individualmente

escolhem compartilhar, mas também padrões cognitivos e ruminantes associados à memória, fazendo-o de uma forma benéfica (Muir, et al., 2015). Desta forma, percebe-se que o público presente na lembrança social oferece uma diversidade de memórias e de perspectivas, algo que é associado à promoção do viés afetivo de desvanecimento intensificado que promove a redução da valência negativa que o sujeito atribui ao evento (Muir, et al., 2015).

Quando se trata de um evento stressante ou negativo, a lembrança colaborativa pode ajudar no desvanecimento afetivo da lembrança individual posterior, servindo um efeito de intervenção benéfico alterando o conteúdo da memória (Muir, et al., 2015, & Skowronski, et al., 2004, como citado em Maswood, et al., 2018). É ainda escassa a evidência sobre a influência das emoções na lembrança colaborativa. Sabe-se, no entanto, que no que diz respeito ao efeito das emoções na memória individual, as pessoas se lembram normalmente com mais frequência das informações emocionais, sejam elas associadas a emoções positivas ou negativas (Buchanan, 2007; Hamann, 2011).

No que diz respeito à valência negativa atribuída, alguma evidência, incluindo a neuronal, sugerem que desencadeia mais compartilhamento social, e que a sua codificação é feita com detalhes mais vividos. Contrariamente, as informações de valência positiva, tendem a ser codificadas com maior familiaridade. Desta forma, e de modo a favorecer a regulação emocional, as pessoas podem estar motivadas a partilhar e discutir os eventos negativos com o intuito de diminuir o afeto negativo associado às memórias (Rimé, 2007). O compartilhamento e a colaboração acabam por facilitar o processo de recordação, processo este que não pode ocorrer quando o indivíduo tenta recuperar individualmente (Obradovic, 2016).

O efeito de recuperação mais frequente das memórias negativas, pode ser reduzido seletivamente em função da constituição do grupo, caso o grupo seja constituído por membros que não estejam tão propensos a reconhecer ou a reforçar os itens que foram então lembrados durante o processo de colaboração. O facto de estes serem menos propensos a reconhecer ou a reforçar, pode-se dever ao facto de ambos não codificarem os mesmos itens, ou porque nesta interação foram acrescentados novos contactos, parceiros com memórias diferentes e, portanto, outros itens para recuperação, maior variedade de informação (Choi, et al., 2017).

Memória, produção de cultura e representações sociais

Existem várias continuidades entre os conceitos de memória coletiva e de representações sociais. Para além de estes dois processos compartilharem semelhanças entre

os objetivos teóricos, também realçam a importância da linguagem, da partilha social, do ser humano como ser social, e do presente como produto do relembrar do passado, destacando as características e funções da memória coletiva (Psaltis, 2016).

Segundo Moscovici (2000), com base na interdependência entre o indivíduo e o contexto social no processo de construção do conhecimento, as representações sociais funcionam como um “sistema de valores, ideias e práticas compartilhados que permitem às pessoas se orientarem no seu mundo material e social”.

Desta forma, percebe-se a relação que se origina entre as memórias coletivas e as representações sociais do passado, porque a memória coletiva não sendo apenas moldada pelos grupos sociais e estruturas sociais das quais se sentem pertencentes, como sendo também moldada contra grupos sociais e estruturas sociais das quais não se consideram pertencer (Obradović, 2016).

Ainda associado à relação entre memória coletiva e representações sociais, é importante referir fatores que a distinguem, entre os quais o metaconhecimento e a sua importância na formação de memórias. O metaconhecimento, permite perceber como as representações perante os outros são criadas ou moldadas, bem como o facto de haver afeição a determinada identidade ou grupo criando um sentimento de pertença (Elcheroth, et al., 2011). Este sentimento originário das combinações, semelhanças de valores dentro do mesmo grupo, pode promover animosidade para com outros grupos ou identidades. Se houver uma contínua inflexibilidade perante novas representações sociais, torna-se mais difícil promover aspetos como a reconciliação ou até a cooperação entre os diferentes grupos (Obradovic, 2016).

Ainda segundo este autor (Moscovici, 2000) há a relação entre conhecimento científico e o conhecimento de senso comum, que são duas formas diferentes de se obter informação e que influenciam as memórias e os ideais das pessoas. Mais especificamente, o conhecimento científico relaciona-se com as representações reificadas, remetendo para o conhecimento passado transmitido e legitimado pelas instituições sociais, como por exemplo os livros de história e na qual a informação é igual para toda a gente (Obradovic, 2016). De forma de partilha menos igualitária surge o conhecimento de senso comum, denominado de representações leigas que remetem para as ideias de senso comum, ideias que as pessoas mantêm e partilham, mas são baseadas em conversas do quotidiano, em experiências vividas pelos próprios e como tal, a conotação dada à informação é influenciada por este aspeto,

contendo a perspectiva do próprio ou a reexposição de perspectivas (Andreouli & Howarth, 2013).

Mais especificamente, o conhecimento científico, criando uma relação entre memória e conhecimento, é no quotidiano pautado pelas informações fornecidas nos livros. Neste caso, refere-se aos manuais de história que se tornam simultaneamente ferramentas de cultura e de memória (Podeh, 2000). Este aspeto faz com que o seu conteúdo seja fundamental, na medida em que pode validar determinadas narrativas de Memória histórica em detrimento de outras, servindo em simultâneo como um elemento estruturante na formação de identidades sociais e coletivas sobre o passado, podendo promover uma consciência crítica e uma adaptação a desafios presentes e futuros da relação entre diferentes grupos (Elcheroth, et al., 2011).

Para além dos manuais, um fator importante e que como tal, com influência nas memórias, são os monumentos, as exposições, os quadros e até mesmo o papel dos media que acabam por fornecer a imaginação coletiva necessária para a consciência nacional permitindo que os grupos se familiarizem com as mesmas informações, e que pessoas não relacionadas se imaginem como parte integrante (Anderson, 2006). A exposição do público ao sofrimento de outros leva, por vezes, à ação para intervir, mas, outras vezes faz com que estes se mantenham apáticos, complacentes, e até hostis. A resposta pública pode ter em si, 4 diferentes estruturas inter-relacionadas: se for o sofrimento distante e em larga escala, o público pode ser caracterizado pelo adormecimento, uma vez que as pessoas se demonstram incapazes de entender ou de sentir crueldade à distância ou em grande escala (Slovic, 2007); se a quantidade de violência implacável na qual o público está exposto for grande, a resposta será apática, contra-intuitiva, denominada de “fadiga da compaixão” (Moeller, 1999 como citado em Jeyapal, 2016); já a indiferença moral relaciona-se com o estado de negação, na qual as representações fornecidas pelos media convidam a fechar os olhos, sendo esta estratégia uma forma usada para evitar ou excluir verdades indesejáveis (Cohen & Seu, 2002).

Atendendo que estas produções de cultura e de memória abrangem um número alargado de pessoas, é necessário que estas tenham um papel de maior inclusão, de demonstração de factos associados às perspectivas, mas que acima de tudo, permitam caminhar, influenciar no que toca a se produzir mais comportamentos igualitários, ajustados e menos comportamentos discriminatórios (Jeyapal, 2016).

A Memória e conflito

A memória e o conflito estão interligados, influenciando-se e alimentando-se mutuamente. Os conflitos marcam as memórias individuais e coletivas o que pode dificultar a reconciliação posterior. A memória está também muitas vezes por detrás de muitos conflitos, podendo levar a replicar memórias do passado para o presente trazendo conflitos, reavivando memórias e todas as emoções como ressentimentos, ódios, sentido de vingança e cicatrizes associados. Ou seja, a interdependência entre Memória e conflito permite-nos compreender como certos acontecimentos do passado podem ressurgir, reacender ou até originar conflitos no presente (Bar-Tal, 2014).

A sociedade pode, no entanto, fazer uso da memória de forma a aprender com ela, lembrar e compensar possíveis lesados, reparar danos e cicatrizes, refletir sobre o passado e antecipar e evitar conflitos presentes e futuros. (Wagoner, 2014). Estas memórias do passado, e mais especificamente do conflito, moldam perspectivas tanto individuais como entre os diferentes grupos, sustentando preconceitos e desconfianças, podendo levar a conflitos de difícil resolução e intergeracionais (Psaltis, 2016). Desta forma, estas são componentes chave que podem explicar a continuação de conflitos (Obradovic, 2016).

Esquecimento e lembrança social

A lembrança, podendo ser individual ou surgir coletivamente, a partir de atos comunicativos, cria uma oportunidade para a pessoa que está a realizar a lembrança e a partilha-la a implantar memórias não tão verídicas naqueles que estão a prestar atenção, surgindo assim o falante e o ouvinte. (Frenda, Nichols, & Loftus, 2011).

Como referido anteriormente, os atos comunicativos, sendo seletivos, permitem não só reforçar as memórias mencionadas, como induzem o esquecimento das memórias não mencionadas. Desta forma, surge a importância do esquecimento associado à memória, bem como a influência do grupo e da comunicação neste processo (Coman & Hirst, 2015).

Associado ao esquecimento, surgem dois tipos: esquecimento induzido pela recuperação (RIF) e o esquecimento induzido por recuperação socialmente compartilhado (SSRIF). Estes dois tipos de esquecimento estão associados aos dois tipos de funções numa interação, o orador e o ouvinte (Hirst, & Echterhoff, 2012). No orador denomina-se o esquecimento seletivo e é denominado de esquecimento induzido pela recuperação (RIF), que se foca no facto de o esquecimento ser maior nas memórias que não são mencionadas, mas que estão relacionadas com o que está a ser mencionado, o contrário acontece com as memórias que não estão relacionadas (Coman & Hirst, 2015). Já o SSRIF, associado ao ouvinte, é associado ao facto do esquecimento ser influenciado pela partilha de outrem. Este,

difere do RIF pelo facto de ser opcional, uma vez que o ouvinte não precisa de recuperar memórias em simultâneo com o orador, ao contrário deste que no facto de estar a comunicar está a recuperar a memória (Coman & Hirst, 2015).

A recuperação de memória e de informação pode ser motivada pelas diversas formas, neste caso o foco será os motivos relacionais. Estes motivos referem-se à proximidade e conexão que existe entre os diferentes elementos, que acaba por encorajar o orador a lembrar de eventos passados e a partilhar com o objetivo de se criar um vínculo social com o ouvinte, motivando a recuperar em simultâneo. Este interesse em se relacionar socialmente, provocando uma recuperação em conjunto, produz o SSRIF (Bluck et al., 2005).

Memória e Colonialismo

O colonialismo, é um evento histórico que ainda marca os dias de hoje. Marca quem o experienciou nas diferentes perspetivas e marca outras pessoas com quem é partilhada a experiência. É um marco sempre atual na memória, que acaba por influenciar ideais, crenças e atitudes comportamentais (Peralta, 2013).

Até há pouco tempo, as experiências dos que estiveram nas ex-colónias, ex-combatentes e retornados, que não pertenciam à memória coletiva nacional portuguesa, fazendo parte de um conjunto dos legados escondidos e negados do colonialismo português. Isto trazia consequências tanto para as populações colonizadas como para as populações da metrópole colonizadora, quer para os que se viram obrigados a lutar numa guerra mortífera, quer para as populações que estavam integradas no sistema colonial e que se viram destituídas (Peralta & Oliveira, 2016). Inicialmente não havia espaço para o campo memorial sobre o colonialismo, mais tarde este processo foi sendo alterado lentamente. Começam assim a surgir memórias de ex-combatentes com o intuito de se libertarem do peso que o silêncio lhes traz e em busca do reconhecimento da verdade da sua experiência. Estas memórias permitiram o aparecimento de um espaço para o “retorno” ganhar notoriedade na memória nacional. Este espaço foi ganho inicialmente num terreno da nostalgia pós-colonial a partir de autobiografias ficcionadas ou romances testemunhais (Peralta & Oliveira, 2016).

A verdade é que este espaço foi ganho, mas as memórias de certa forma continuavam presentes na memória do povo. Os colonos continuavam a ser vistos como colonos, e a sua presença trazia para o presente más recordações, dando a estas pessoas e aos seus familiares um rótulo difícil de se livrar (Peralta & Oliveira, 2016).

Existem perspetivas, temas que não são tão falados em público, principalmente acontecimentos históricos problemáticos que são tidos como vergonhosos para as ideologias

da consciência nacional, acabando por ser encobertos de forma intencional (Peralta, 2022). As conquistas, triunfos, glórias e heróis são a forma mais predominante de legitimar narrativas identitárias, como tal, refere-se que eventos históricos que se afastem destas narrativas de celebração e orgulho coletivo sejam expulsas da arena pública, silenciados e ignorados. Esta pouca visibilidade na arena pública, quase nula dos legados negativos do colonialismo das antigas nações colonizadoras, não significa apenas a falta de consciência histórica sobre o impacto do colonialismo sobre os povos colonizados, mas também um distanciamento das consequências, como guerras de descolonização e a repatriação de colonos, para o povo da metrópole colonizadora (Peralta, 2022).

No caso dos colonos que, entretanto, regressaram a Portugal, o adjetivo “retornado”, aparece como estigma, adquirindo um sentido pejorativo. Adicionalmente, as pessoas retornadas eram muitas vezes vistas como bodes expiatórios do colonialismo português, sendo acusados de serem colonizadores, “exploradores de negros” e aqueles que desfrutavam dos privilégios de uma classe dominante, opressora e exploradora (Peralta, 2013). Também a sua forma de estar era olhada de forma estranha, ou seja, estes vestiam-se de forma diferente dos outros cidadãos da metrópole, usando roupas mais coloridas e mais arrojadas, também usavam diferentes palavras e expressões e, as suas relações sociais e práticas sexuais eram consideradas mais permissivas (Peralta, 2013). Os cocidadãos da metrópole acusavam-lhes de trazerem para Portugal práticas nocivas como a prostituição, o consumo de cannabis, bem como, colocavam-lhes a responsabilidade pela propagação de doenças como as doenças sexualmente transmissíveis. Por outro lado, as pessoas retornadas também olhavam para os cidadãos da metrópole por outro prisma, encaravam estes com desdém, considerando que estes seriam conservadores, atrasados e de mentalidade negativa (Peralta, 2022).

O estudo

Apesar do interesse científico sobre as memórias coletivas, a literatura que aborda a influência do colonialismo na criação e desenvolvimento de memórias coletivas bem como o impacto deste nas mesmas é praticamente inexistente. Os poucos estudos que existem são internacionais e focados na perspetiva, integração e memórias dos povos colonizados. Há, portanto, uma lacuna na literatura sobre as memórias coletivas dos povos colonizadores e colonos, sobre a forma como as memórias são transmitidas entre gerações e como influenciam imaginários de preconceito e os comportamentos discriminatórios na atualidade. Apesar de Portugal ser um país com um passado colonial, a verdade é que são poucos os

estudos que relatam e estudam a influência desta realidade na formação das memórias do povo português.

Os três principais objetivos desta revisão sistemática são assim recolher, sistematizar e rever a literatura sobre a memória coletiva a respeito do colonialismo e explorar: (i) o papel dos media na construção de memórias coletivas relacionadas com a vivência do colonialismo; (ii) a influência das memórias sobre o colonialismo nas memórias coletivas, o seu impacto nas identidades sociais e atitudes. Formularam-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar de que forma as memórias coloniais são transmitidas entre gerações;
- compreender de que forma as memórias relacionadas com o passado colonial influenciam as atitudes e pensamentos discriminatórios na atualidade;
- explorar os fatores que influenciam as memórias coletivas sobre o colonialismo (e.g., media).

Método

Metodologia das pesquisas e das bases de dados

A revisão sistemática apresentada baseia-se na estrutura proposta pelo modelo PRISMA que contém um conjunto de 27 itens e 4 fluxogramas.

Foi realizado um levantamento sistemático da literatura entre janeiro de 2010 e novembro de 2021, utilizando bases de dados como B-On, Psycinfo e PubMed.

Tendo em conta os critérios de elegibilidade, formulou-se a seguinte estratégia de pesquisa, baseando-se num conjunto de termos associados aos objetivos do estudo: (Colonialism OR coloniality) AND (“Collective memor*” OR memor* OR “collective identity” OR “intergroup attitudes”) NOT (AB “systematic review” OR “literature review” OR “meta-analysis” OR metaanalysis OR “meta analysis” OR sport* OR LGBT* OR autism OR illnesses OR medicine).

Os termos introduzidos na equação de pesquisa assentam na procura de artigos mais específicos, na qual sem a presença do “NOT” os artigos eram muito mais abrangentes do que o desejado. Desta forma esses termos permitiram excluir os artigos dessas diferentes categorias que não seriam o foco desta revisão sistemática.

Seleção dos estudos

Para obter o levantamento sistemático da literatura relevante ao estudo, seguiram-se as seguintes etapas do modelo PRISMA, apresentadas no fluxograma da figura 1. Da

pesquisa utilizando a equação, resultou a extração de 723 artigos. Recorrendo à ferramenta digital Rayyan foi possível eliminar os duplicados, restando 682 artigos para análise de título, palavras-chave e resumo. Posteriormente, os 682 foram analisados segundo um conjunto de critérios de inclusão e exclusão, ficando 39 artigos para análise integral, dos quais 10 incluídos na revisão sistemática.

Este processo de recolha e seleção de artigos, foi realizado por um investigador contando com o auxílio da ferramenta digital.

Critérios de elegibilidade

Com base nos **critérios de inclusão** selecionaram-se os estudos: (a) sobre memórias coletivas e colonialismo; (b) baseados na perspetiva dos colonizadores; (c) de natureza empírica, qualitativa ou quantitativa; (d) em português ou inglês; (e) revistos por pares; (f) publicados nos últimos 10 anos.

Por outro lado, com base nos **critérios de exclusão** exclui-se a literatura: (a) que não mencionava a memória coletiva associada ao colonialismo; (b) teórica; (c) apenas baseada na perspetiva dos colonizados; (d) de revisão sistemática ou metanálise.

Codificação dos estudos

A tabela 1 apresenta assim a organização e codificação dos artigos elegíveis em função de informações como: (a) título do artigo; (b) nome do autor; (c) ano de publicação; (d) objetivo de estudo; (e) método; (f) principais resultados.

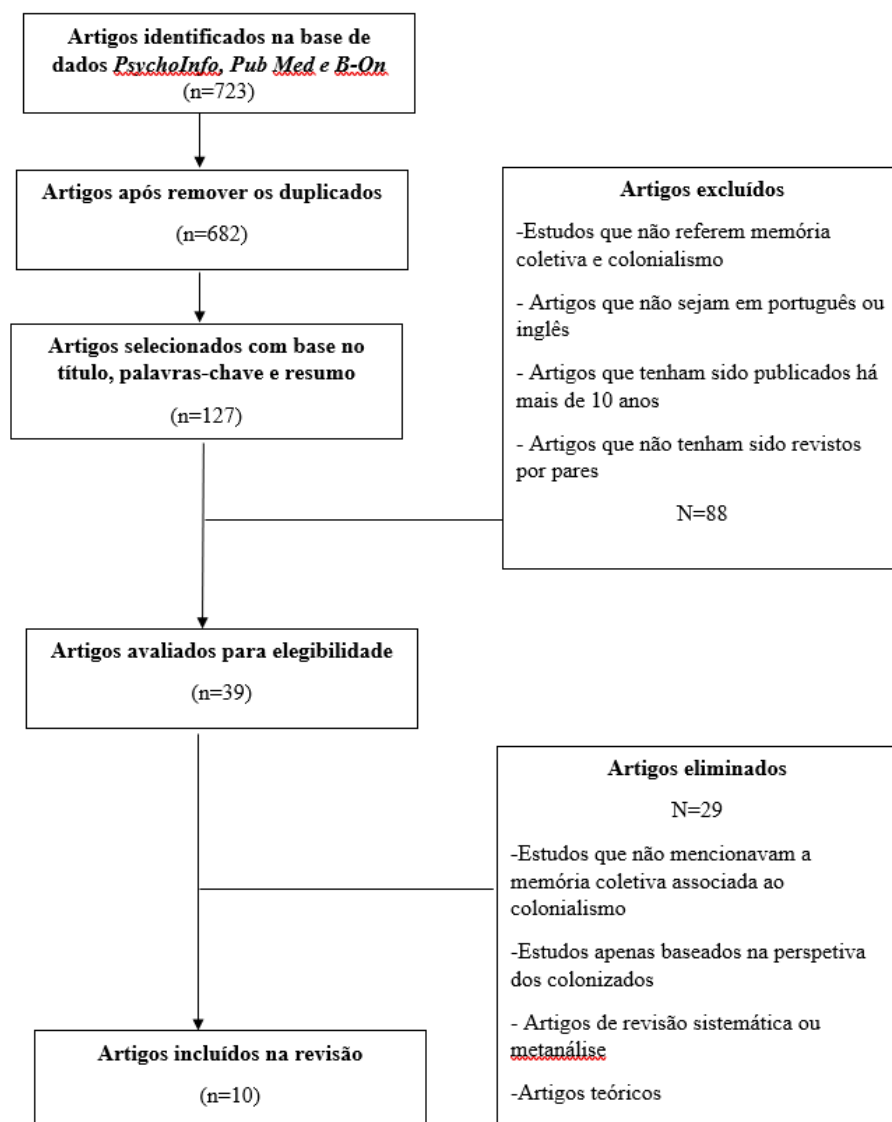


Figura 1. Fluxograma da seleção dos estudos

Resultados

A tabela 1 sintetiza os principais resultados obtidos tendo em conta os estudos incluídos, sendo de destacar a influência do papel dos média e a passagem de memórias entre gerações.

Data	Autores	Tipo estudo	Objetivo	Resultados
2010	Licata e Klein	Quantitativo	Perceber como as memórias do passado, as emoções e atitudes, são influenciadas pela forma como as gerações aprenderam a história colonial,	-Comparações intergeracionais: alunos relataram significativamente mais culpa coletiva do que os avós; - Os aposentados relataram ter recebido

			e pelo efeito das preocupações identitárias.	informações mais detalhadas sobre o colonialismo do que os estudantes; - Aposentados relataram ter aprendido uma imagem significativamente mais positiva do colonialismo;
2012	Tyler	Qualitativo	Verificar se as noções coloniais de diferença cultural e amnésia estão presentes nas práticas de alguns cidadãos brancos.	- Participantes brancos tendiam a reproduzir inconscientemente um sentimento de superioridade; - Participantes brancos não se autoidentificaram como pertencentes a um grupo identitário “branco”; - A educação ao contrário da riqueza material, é percebida como um bem cultural;
2013	Schilling	Qualitativo	Explorar a forma como a memória colonial se encontra enraizada nas famílias e como estas são moldadas pelas memórias coloniais;	- Os “pós-coloniais” (filhos), herdaram menos em termos de objetos materiais e formas orais de memória colonial dos seus pais. - "Anedotas" mostram uma tendência a edificar a memória colonial de formas inofensivas, bloqueando assim lembranças negativas ou desconfortáveis; - A memória da geração pós-colonial é moldada muito mais pela memória pública; - A memória privada, interna da família, se existir, tem mais autoridade do que a memória pública.

				- As famílias coloniais são cada vez mais influenciadas pela memória pública ao longo das décadas;
2016	Jeyapal	Qualitativo	Perceber o papel dos media na construção, negociação e reprodução de relações sociais e identidades sociais, incluindo formas de exclusão como o racismo.	- Os meios de comunicação transmitiram de forma apática, explícita e subtil os protestos de Tâmil (contra a guerra civil no Sri Lanka) - A forma como os grupos racializados estão sub-representados nos meios de comunicação social e a forma como estes reforçam estereótipos contribui para uma cobertura mediática deficiente; - Apatia pelos protestos e negação desse racismo em si, pode funcionar para reforçar o domínio branco na sociedade colonizadora;
2018	Fernández	Qualitativo	Perceber e testar de que forma se promove o desenvolvimento do pensamento e consciência crítica em relação ao passado colonial;	- Ignorância intencional como prática para sustentar a inocência branca; - A ignorância intencional manifestou-se de formas subtis; - Para algumas pessoas brancas, o racismo não é entendido como questão social urgente; - Alguns estudantes procuraram desconstruir a inocência branca e resistiram a ignorar deliberadamente como o colonia-

				lismo e o racismo coexistiam para sustentar a branquitude.
2019	López- López et al.	Qualitativo	Abordar os princípios que performativamente desapropriam os povos aborígenes e o seu currículo colonial.	- Dados sugerem que há encontros em sala de aula propícios à inclusão de questões ‘aborígenes’, mas que resultam numa oportunidade perdida para a apreciação sensível das relações ‘indígenas’-colonos, ou manifestam-se como terreno fértil para a reprodução da colonialidade apagada.
2020	Villegas et al.	Qualitativo	Demonstrar como pessoas e coletividades indígenas, colonos e “chegantes” são hierarquicamente classificados e incluídas na sociedade Canadiense de forma a produzir diferentes graus de inclusão e exclusão.	- Papel dos media como intensificador das visões negativas para com povo indígena ou povo racializado.
2021	Barnwell	Qualitativo	O importante papel da memória familiar, a sua manutenção e quebras de silêncios. Examina como as histórias que as famílias contam sobre a colonização moldam a consciência histórica de seus descendentes.	- As histórias que herdamos dentro das famílias podem ser as mais profundas e as mais difíceis de transformar. - As histórias aprendidas e recontadas dentro das famílias podem influenciar a receptividade às histórias de relações indígenas-colonos. - Cerca de um terço da amostra não mencionou as relações indígenas-colonos. - O esquecimento e a lembrança podem não

				ser lineares nas famílias. - Questões de culpabilidade como condutores silenciosos nas histórias familiares. - Detalhes mais sutis e histórias menos ousadas, demonstram como os contos de família distraem a verdadeira violência colonial e os erros cometidos pelos colonos. - Os silêncios podem ser possuídos, mas não quebrados, e a lembrança pode ocultar o esquecimento dentro das famílias.
2021	Cho et al.	Qualitativo	Investiga a situação pós-colonial da Coreia e do Japão usando os conceitos psicanalíticos de luto e melancolia. Neste ensaio examina as duas obras para mostrar como as memórias pós-coloniais são construídas por ex-colonizadores e colonizados no nordeste da Ásia.	- O luto pode ser entendido como prática ou trabalho (fazer) para lidar com uma perda, enquanto a melancolia é um estado ou sentimento (ser) como resposta à perda. - O colonizado, que inicialmente se identifica com o branco, sofre de um “complexo de inferioridade” - O luto e a melancolia podem ser partes inevitáveis da modernidade. - As obras apresentam formas próprias de luto nacional e melancolia que tentam sanar a perda da história autônoma.

2021	Reeploeg	Qualitativo	Este artigo investiga as intersecções entre arquivos pessoais e outras formas de expressão cultural em atos de memorização e esquecimento coletivos.	- Corpos das mulheres indígenas são celebrados como possessões coloniais, mas também percebidos como uma ameaça à branquitude normativa e à forma feminina ideal produzida pela cultura anglo-europeia - Como expressão do caráter patriarcal da cultura da masculinidade, criou-se uma expectativa de disponibilidade sexual em relação ao corpo feminino indígena, incluindo o direito de agredi-las sexualmente - O papel das mulheres como agentes coloniais no Norte continua a ser um tópico muitas vezes esquecido.
------	----------	-------------	--	--

Características dos Estudos

Dos 10 artigos incluídos, 9 aplicam um método qualitativo, e um o método quantitativo (Licata e Klein, 2010).

Objetivo dos estudos

Os objetivos de estudo centraram-se principalmente na compreensão da transferência de memórias do passado colonial entre gerações, na sua influência nas representações e atitudes presentes face a grupos racializados, bem como no papel da produção de cultura (e.g., mídia) na construção ou alteração de memórias coletivas.

Metodologia

A metodologia apresentada pelos estudos é na sua maioria qualitativa, incluindo recurso a entrevistas e fotografias (Schilling, 2013), trabalho de campo etnográfico (Tyler,

2012), e análise crítica do discurso (Fernandéz, 2018). Um artigo utiliza a metodologia quantitativa com a ajuda de um questionário (Licata & Klein, 2010).

Em relação aos processos de transmissão de informação e memória, os resultados também destacam o papel da lembrança e do esquecimento relatando que as histórias coloniais sofrem mudanças ao longo tempo, podendo ser silenciadas parte dessas histórias face ao esquecimento espontâneo ou intencional. Através destas histórias os estudos relatam que várias famílias perpetuam mitos coloniais (Choi, et al., 2017).

O estudo de Cho & Chae (2021) revela que as suas histórias, identidade, regras e moralidade do colonizador tem consequências nas narrativas e experiências da colonização, bem como na memória e na forma como esta se propaga às gerações seguintes. O estudo enuncia ainda que muitas vezes o colonizador projetava os seus desejos morais inconscientes no colonizado, assumindo este como um ser não civilizado e contribuindo para imaginários de inferioridade em relação a estes.

Outro dos estudos, mais especificamente o de Tyler (2012), conclui que os colonizadores apesar de não se identificarem como um grupo branco, estes tendem a reproduzir inconscientemente um sentimento de superioridade, fazendo isto transparecer de forma negativa nas representações sobre o grupo colonizado.

Os resultados revelam ainda que a ignorância intencional é um dos mecanismos que as pessoas brancas ou colonizadoras utilizam para sustentar o privilégio branco e para esconder a atuação como colonizadores, levando a que atualmente mesmo quando confrontados com este passado colonial e com a sua influência nos preconceitos e discriminação atual, o estudo de Fernández (2018) demonstra que gerações brancas mais novas tentaram ignorar deliberadamente o colonialismo e o racismo e continuam a defender que o racismo não é uma “questão social urgente”. Como referido por Lopéz-Lopéz et al. (2019) a ignorância branca é difícil de ser combatida, no sentido que, em contexto de sala de aula, os alunos demonstram alguma resistência ao apagamento discursivo relativamente às questões “aborígenes”, passando a ser uma questão opcional.

Ainda associado à ignorância e ao esquecimento deliberado, Reeploeg (2021) ressalta a diferença de gênero percebida nestes eventos históricos, na qual as mulheres são vistas como seres subjugados às ideias e práticas dos homens. Atribui-se ao homem a esfera de interesse público ou nacional, enquanto que a feminilidade se reduz à esfera doméstica ou privada. Associado ao poder da masculinidade o autor revela ainda a postura de superioridade destes, sentindo-se na expectativa de dispor da disponibilidade sexual em

relação ao corpo feminino indígena, incluindo o direito de agredi-las sexualmente. Reeploeg (2021) relata ainda a ignorância relativamente ao papel da mulher na esfera pública (sociedade) e ressalta a atenção excessiva que é dado ao papel da mesma na esfera privada.

Relativamente ao papel da memória pública e da memória privada, os estudos revelam que a memória interna-familiar detém uma maior importância e impacto na memória colonial (Schilling, 2013), embora ao longo das décadas a memória das famílias coloniais estejam cada vez mais afetadas pela memória pública, acabando esta última por moldar a memória da geração pós-colonial. Ainda neste seguimento, os estudos revelam que as memórias coloniais partilhadas no seio familiar vai diminuindo a sua influência ao longo das gerações. Os resultados revelam ainda diferenças intergeracionais, demonstrando que gerações mais novas demonstram uma culpa coletiva significativamente maior que as gerações mais velhas (Licata & Klein, 2010), relatando ainda que estas últimas apresentam uma imagem significativamente mais positiva do colonialismo.

Os media têm um forte impacto na transmissão e desenvolvimento de memórias coloniais e são vários os estudos que o relatam. O estudo de Jeyapal (2016) refere que os meios de comunicação transmitem os conteúdos coloniais e manifestações raciais de forma “apática” ou distanciada demonstrando ainda a forma como os grupos racializados estão sub-representados nos meios de comunicação social. Para além do facto de os meios de comunicação não conseguirem ser imparciais, como demonstrado no estudo anterior (Jeyapal, 2016), sabe-se que esta visão demonstrada por estes meios influencia a visão do público. Os estudos também abordam assim o papel dos media como intensificador das visões negativas para com povo indígena ou pessoas racializadas (Villegas et al., 2020), ressaltando que os meios de comunicação ocultam a dificuldade de sobrevivência destes povos face ao colonialismo, e a recusa e contestação dos mesmos à ocupação do seu território, em última análise a resistência ao colonialismo.

Discussão

O ser humano e as suas memórias não se formam no vazio, tendo sempre influência das estruturas internas, mas também das estruturas externas, sociais e culturais. A análise dos 10 artigos incluídos na presente revisão sistemática demonstram a importância da influência dos vários fatores, individuais, familiares e sociais, na formação e desenvolvimento de memórias associadas ao colonialismo demonstrando também a forma como memórias já criadas podem ser influenciadas e manipuladas por estes fatores

internos e externos que têm impacto na percepção dos indivíduos acerca desta realidade colonial (Obradović, 2016). Ao considerar a memória coletiva pode-se assumir que esta não é apenas moldada dentro dos grupos sociais aos quais pertencemos mais diretamente, mas também fora destes e nos contextos e estruturas sociais mais amplas (Obradović, 2016).

Os próprios meios de comunicação social são capazes de influenciar não só as memórias do próprio colonizador e colonizado como também a memória das gerações mais recentes que, embora não tenham experienciado diretamente o colonialismo recebem informação sobre este (ou omissão desta), o que tem influência nas suas memórias e também nos seus pensamentos, atitudes, comportamentos e percepções (Schilling, 2013). A verdade é que os resultados destes estudos demonstram, tal como a literatura refere que a cultura é moldada não apenas pelo que aconteceu objetivamente, mas também pelo que as pessoas pensam que aconteceu (Clarke, 2021).

O cinema também é atualmente um influenciador de muitas memórias coloniais (Clarke, 2021), na medida em que este é um meio cultural de informação que embora por vezes, não espelhe diretamente a realidade a verdade é que tem influência na memória de cada um, incluindo nas memórias associadas ao colonialismo e influencia a percepção que mesmo atualmente cada um tem acerca deste. Para além de influenciar as memórias, este acaba por ajudar a construir representações sociais, dotando as pessoas de crenças, ideias, influenciando posteriormente o comportamento (Clarke, 2021).

Todo este processo é baseado no processo de transmissão de informação que afeta as memórias já existentes. Paralelamente, as memórias podem incorporar informações sobre detalhes que as pessoas nunca experimentaram, mas que lhes foram repassadas (Choi et al., 2017). A memória é assim um processo dinâmico que sofre alterações ao longo do tempo, principalmente quando envolve experiências traumáticas ou socialmente indesejáveis, como é o caso do colonialismo, e portanto, a sua transmissão pode envolver mitos coloniais e implementação de falsas memórias, justificados por fenómenos como o esquecimento espontâneo ou intencional (Choi, et al., 2017).

Os estudos revelam ainda que a forma como o colonizador pensa e se comporta tem efeito na forma como este implementa o colonialismo e, consequentemente na forma como esta influência a construção de memórias sobre a colonização e, posteriormente a forma como as memórias do colonizado e do colonizador são passadas entre gerações (Cho & Chae, 2021). Exemplo disto mesmo é colonialismo português, no qual os filhos dos antigos

colonizados são influenciados pelas memórias dos seus pais e vivem eles também o regresso simbólico a uma pátria desconhecida (Sousa, et al., 2022). Esta influência pelas memórias de outrem acaba por problematizar as gerações seguintes no que diz respeito à relação com uma época que não vivenciaram, tendo uma memória muito viva, tal como pode ser explicado pelo conceito de pós-memória em que as informações transmitidas para as gerações mais recentes, são realizadas de forma tão profunda que acabam por serem sentidas por elas (Hirsch, 2008; como citado em Sousa et al., 2022).

Uma forma manter estas memórias vivas, e de pertencentes a quem não as vivenciou é a cultura, os quadros, a arte, que podem descrever, celebrar as diferentes perspetivas. Como por exemplo, a cidade de Lisboa que está fortemente marcada por estátuas e monumentos que celebram a memória colonial, recordando quem viveu esta época, e ajudando a criar memórias ou a recriar em quem a vive pela partilha dos outros (Sousa et al., 2022).

Os resultados dos estudos revistos, permitem concluir que os colonizadores tendem a assumir uma posição de superioridade (Tyler, 2012), instaurando os posicionamentos e costumes brancos de forma autoritária (Fernández, 2018), mesmo que de uma forma inconsciente. Estas posições de superioridade podem estar baseadas numa posição de daltonismo racial que, não permite a consciência do privilégio e que não reconhece a possibilidade de agressão a pessoas e comunidades racializadas.

Um dos meios que pode ser usado para combater o daltonismo, é o contexto escolar, o conhecimento científico, que cria o contexto de debate, de partilha, de esclarecimento de dúvidas, podendo originar a criação de memórias ou a reformulação de memórias prévias. No entanto, como é apresentado no artigo de López-López et al. (2019), no contexto de sala de aula, a questão ligada a “aborígenes” é apagada do discurso, e ocultada da interação entre o professor e o aluno, demonstrando ignorância intencional.

Pessoas racializadas, que viveram muitas vezes este contexto colonial, aprendem desde cedo que os brancos exercem muito poder nas suas vidas mesmo que atualmente esse poder seja expresso de forma mais encoberta através das microagressões e não de forma tão ostensiva e explícita (Liu, et al., 2019). Estas memórias, de controlo e agressão, associadas ao colonialismo, são transmitidas, por vezes inconscientemente, através da memória intergeracional, de pais, para filhos e netos, tanto da perspetiva do colonizado como do colonizador. Assim, o passado colonial tem implicações presentes, na medida em que as representações e atitudes de controlo e inferiorização dirigidas a pessoas colonizadas e

racializadas são mantidas e reforçadas pelo privilégio branco e pela negação do racismo cotidiano (Liu, et al., 2019).

As memórias sobre a colonização contêm e reproduzem ainda assimetrias de gênero associadas às estruturas narrativas patriarcais. As mulheres são muitas vezes apagadas ou subalternizadas intencionalmente na produção cultural sobre a época do colonialismo. Como nos referem os autores Licata & Klein (2010), as mulheres são vistas como a sombra dos seus maridos, com presença meramente na esfera privada e nunca na esfera pública. Nesta visão sobre as mulheres, os seus feitos são voluntariamente ocultados seja por quem os assiste, seja por quem escreve sobre os eventos. A referência às mulheres em cenários que se esperam protagonizados por homens (e. g., encontros de guerra, conflitos) leva o homem a sentir-se inferiorizado e descredibilizado, cabendo às mulheres o papel de testemunhas ou vítimas. Estes papéis tendem a ser aceites pela sociedade, sendo muitas vezes evocada a imagem de disponibilidade e disposição física para com os homens colonizadores, subjugando o gênero feminino (Licata & Klein, 2010).

É de realçar o papel dos media, na formação, construção ou até transformação e manipulação das memórias. Os media são uma fonte de informação com grande impacto, permitindo relembrar, confrontar, fazer reviver eventos passados, mesmo para, as pessoas que não vivenciaram determinado evento. Neste caso em específico, os media têm um papel fundamental, podendo assumir um papel educativa, ou até de confronto com o que terá sido contado pelas gerações anteriores. Nos dias de hoje, com a relevância dada ao social, isto vai de encontro ao enunciado pelo autor Schilling (2013) quanto ao facto de as famílias serem cada vez mais influenciadas pela memória pública, memória essa que em certos casos acaba por cobrir lacunas, e afeitos de ‘amnésia’ na memória de esfera privada.

Não obstante, fundamental referir também que, com frequência a informação e narrativas transmitidas pelos media, contêm vieses que realçam o domínio branco e aumentam o estereótipo e os comportamentos discriminatórios. A este respeito, os estudos revelam que os media fazem coberturas deficitárias pautadas pelas construções sociais da superioridade branca e da negação do racismo (Jeyapal, 2016). Assim, informação divulgada por estes meios, pode não ser verídica, ou estar distorcida, originando a criação e manutenção de falsas memórias e imaginários de preconceito sobre o passado colonial e sobre quem foram e são os colonizadores e os colonizados, imaginários, que são transpostas no presente (Choi et al., 2017). Estas falsas memórias que podem ser intencionalmente incutidas na

sociedade podendo ter como objetivo a criação de diferentes crenças em diferentes grupos, dando uma justificação para manter um determinado conflito (Paez & Liu, 2011).

Limitações

A revisão sistemática revela algumas das limitações da literatura. Desde já referir os poucos estudos na área da memória e do colonialismo, mais especificamente literatura que relacione as duas vertentes, contendo por exemplo narrativas, que apesar da forte importância para a prática e para a evidência científica, é contínuo um tema bastante negligenciado.

De ressaltar que embora Portugal tenha um forte passado colonial, é os estudos acerca do colonialismo são escassos e que a conjugação entre os temas do colonialismo e da memória e transmissão intergeracional está omissa da literatura empírica. Também esta constatação pode ser entendida à luz da tentativa de proteger o privilégio branco.

A falta de estudos empíricos, obrigou a que alguns dos estudos incluídos na presente revisão sistemática se focassem noutras realidades históricas que embora associadas ao colonialismo nem sempre estavam diretamente relacionadas com este. A maior parte dos estudos encontrados focam maioritariamente a forma como a informação é transmitida e as memórias são construídas pelos povos colonizados, carecendo do foco nas memórias do colonizador. Este foco seria essencial para compreender o fenómeno do racismo e do preconceito étnico-racial.

Face a estas limitações apenas 10 artigos foram incluídos na presente revisão sistemática. Embora tenha sido estabelecido inicialmente um período de pesquisa mais curto, a falta de estudos na área obrigou a considerar um intervalo de tempo maior, o que resultou na inclusão de alguns estudos menos recentes.

Estudar o colonialismo e a forma como este influencia e constrói mnemonicamente a realidade do colonialismo e pós-colonialismo é contribuir com conhecimento empírico para compreender de que forma os comportamentos e atitudes discriminatórias estão inseridos e difundidos na sociedade mundial.

Implicações para a prática

O estudo sobre a influência das memórias coloniais é fundamental para se conseguir perceber e trabalhar no campo das memórias, tendo em conta o impacto que estas têm nas atitudes posteriores.

Conhecer e perceber o processo de formação e de alteração de memórias bem como tudo o que as influencia, fatores internos e externos, permite-nos intervir, atuar

adequadamente desconstruindo memórias negativas, e consequentemente prevenir comportamentos menos positivos guiados pelas memórias.

Como fatores que são importantes notar para o impacto, é de referir a informação, as histórias intergeracionais, o papel dos media, a partilha, o contágio social. Pois mesmo sem experienciamos certos momentos, criamos memórias influenciadas por estes fatores, podendo estes ter diferentes valências no impacto. Desta forma, percebendo este aspeto, e percebendo o quão importante é para o ser humano o social, este pode ser um foco para se tentar reeducar, reconstruir a memória, gerar espírito crítico perante um leque mais amplo de informação, instruir a ser uma comunidade mais inclusiva.

Este estudo permite assim perceber alguns ideais associados ao racismo, à superioridade branca, e como se poderá desconstruir no futuro de modo a prevenir comportamentos discriminatórios, desajustados para com grupos racializados.

Referências Bibliográficas

Alea, N., & Bluck, S. (2007). I'll keep you in mind: The intimacy function of autobiographical memory. *Applied Cognitive Psychology*, 21(8), 1091-1111.

<https://doi.org/10.1002/acp.1316>

Anderson, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Revised edition. New York, NY: Verso.

Andreouli, E., & Howarth, C. (2013). Nation identity, citizenship and immigration: putting identity in context. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 43 (3). pp. 361-382.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2012.00501.x>

APA Presidential Task Force on Evidence-Based Practice (2006). Evidence-based practice in psychology. *American Psychologist*, 61, 271–285

Barnwell, A. (2021). Keeping the Nation's Secrets: "Colonial Storytelling" within Australian Families. *Journal of Family History*, 46(1), 46-61.

<https://doi.org/10.1177/0363199020966920>

Bar-Tal, D. (2014). Collective memory as social representations. *Papers on Social Representations*, 23, 5.1–5.26. <https://www.psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/295>

Bluck, S., Alea, N., Habermas, T., & Rubin, D. C. (2005). A tale of three functions: Self-reported uses of autobiographical memory. *Social Cognition*, 23, 91–117.

<https://doi.org/10.1521/soco.23.1.91.59198>

Cho, E., & Chae, O. B. (2021). Nationalism, Mourning, and Melancholia in Postcolonial Korea and Japan. *Interventions*, 23(7), 1066-1085. <https://doi.org/10.1080/1369801X.2020.1818274>

Choi, H. Y., Blumen, H. M., Congleton, A. R., & Rajaram, S. (2014). The role of group configuration in the social transmission of memory: Evidence from identical and reconfigured groups. *Journal of Cognitive Psychology*, 26(1), 65-80. <https://doi.org/10.1080/20445911.2013.862536>

Choi, H. Y., Kensinger, E. A., & Rajaram, S. (2017). Mnemonic transmission, social contagion, and emergence of collective memory: Influence of emotional valence, group structure, and information distribution. *Journal of Experimental Psychology: General*, 146, 1247-1265. <https://doi.org/10.1037/xge0000327>

Cohen, S., & Seu, B. (2002). Knowing enough not to feel too much: Emotional thinking about human rights appeals. In M. P. Bradley & P. Petro (Eds.), *Truth claims: Representation and human rights* (pp. 187–201). <http://eprints.lse.ac.uk/id/eprint/10680>

Coman, A., & Hirst, W. (2015). Social identity and socially shared retrieval-induced forgetting: The effects of group membership. *Journal of Experimental Psychology: General*, 144(4), 717. <https://doi.org/10.1037/xge0000077>

Congleton, A. R., & Rajaram, S. (2014). Collaboration changes both the content and the structure of memory: Building the architecture of shared representations. *Journal of Experimental Psychology: General*, 143(4), 1570-1584. <https://doi.org/10.1037/a0035974>

Fernández, J. S. (2018). Decolonial pedagogy in community psychology: White students disrupting white innocence via a Family Portrait Assignment. *American Journal of Community Psychology*, 62(3-4), 294-305.

<https://doi.org/10.1002/ajcp.12282>

Frenda, S. J., Nichols, R. M., & Loftus, E. F. (2011). Current issues and advances in misinformation research. *Current Directions in Psychological Science*, 20, 20 –23. <https://doi.org/10.1177/0963721410396620>

Henkel, L. A., & Rajaram, S. (2011). Collaborative remembering in older adults: age-invariant outcomes in the context of episodic recall deficits. *Psychology and Aging*, 26(3), 532. <https://doi.org/10.1037/a0023106>

Hirst, W., & Echterhoff, G. (2012). Remembering in conversations: The social sharing and reshaping of memories. *Annual Review of Psychology*, 63, 55–79.

<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-120710-100340>

Hirst, W., & Manier, D. (2008). Towards a psychology of collective memory. *Memory*, 16(3), 183–200. <https://doi.org/10.1080/09658210701811912>

Jeyapal, D. (2016). Regarding the protests of others. *Social Movement Studies*, 15(1), 60–79. <https://doi.org/10.1080/14742837.2015.1037260>

Licata, L., & Klein, O. (2010). Holocaust or benevolent paternalism? Intergenerational comparisons on collective memories and emotions about Belgium's colonial past. *International Journal of Conflict and Violence (IJCIV)*, 4(1), 45–57.

<https://doi.org/10.4119/ijcv-2814>

Liu, W. M., Liu, R. Z., Garrison, Y. L., Cindy Kim, J. Y., Chan, L., Ho, Y. C. S., & Yeung, C. W. (2019). Racial trauma, microaggressions, and becoming racially innocuous: The role of acculturation and white supremacist ideology. *American Psychologist*, 74(1), 143–155. <https://doi.org/10.1037/amp0000368>

López López, L., de Wildt, L., & Moodie, N. (2019). ‘I don’t think you’re going to have any aborigines in your world’: Minecraft ing terra nullius. *British Journal of Sociology of Education*, 40(8), 1037–1054. <https://doi.org/10.1080/01425692.2019.1640596>

Maswood, R., Rasmussen, A. S., & Rajaram, S. (2018). Collaborative remembering of emotional autobiographical memories: Implications for emotion regulation and collective memory. *Journal of Experimental Psychology: General*. <http://doi.org/10.1037/xge0000468>

Meade, M. L., & Gigone, D. (2011). The effect of information distribution on collaborative inhibition. *Memory*, 19, 417–428. <https://doi.org/10.1080/09658211.2011.583928>

Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. Cambridge: Polity.

Muir, K., Brown, C., & Madill, A. (2015). The fading affect bias: Effects of social disclosure to an interactive versus non-responsive listener. *Memory*, 23(6), 829–847. <https://doi.org/10.1080/09658211.2014.931435>

Obradović, S. (2016). Don't forget to remember: Collective memory of the Yugoslav wars in present-day Serbia. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 22(1), 12. <https://doi.org/10.1037/pac0000144>

Paez, D., & Liu, J. H. (2011). Collective memory of conflicts. *Intergroup conflicts and their resolution: A social psychological perspective*, 105-124. ISBN-13 9781841697833

Pasupathi, M. (2003). Emotion regulation during social remembering: Differences between emotions elicited during an event and emotions elicited when talking about it. *Memory*, 11(2), 151–163. <https://doi.org/10.1080/741938212>

Peralta, E., & Oliveira, J. G. (2016). Pós-memória como herança: fotografia e testemunho do “retorno” de África. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, (17), 181-197. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.3290>

Peralta, E. (2013), “A composição de um complexo de memória imperial: O caso de Belém, Lisboa”, in Nuno Domingos e Elsa Peralta (ed.). *Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 361-407. <http://hdl.handle.net/10451/22968>

Peralta, E. (2022). The return from Africa: Illegitimacy, concealment, and the non-memory of Portugal's imperial collapse. *Memory Studies*, 15(1), 52-69. <https://doi.org/10.1177/1750698019849704>

Podeh, E. (2000). History and Memory in the Israeli Educational System: The Portrayal of the Arab-Israeli Conflict in History Textbooks (1948-2000). *History and Memory*, 12 (1): 65–100. <https://doi.org/10.2979/his.2000.12.1.65>

Psaltis, C. (2016). Collective memory, social representations of intercommunal relations, and conflict transformation in divided Cyprus. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 22(1), 19. <https://doi.org/10.1037/pac0000145>

Reeploeg, S. (2021). Gendering arctic memory: Understanding the legacy of Josephine Diebitsch-Peary. *Memory Studies*, 14(5), 1061-1080. <https://doi.org/10.1177/17506980211024327>

Roediger, H. L., III, & Abel, M. (2015). Collective memory: A new arena of cognitive study. *Trends in Cognitive Sciences*, 19, 359 –361. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.04.003>

Santos, M. S. D. (1998). Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13, 151-165. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300010>

Schilling, B. (2013). Imperial heirlooms: the private memory of colonialism in Germany. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41(4), 663-682. <https://doi.org/10.1080/03086534.2013.836380>

Skowronski, J., Gibbons, J., Vogl, R., & Walker, W. R. (2004). The effect of social disclosure on the intensity of affect provoked by autobiographical memories. *Self and Identity*, 3(4), 285- 309. <https://doi.org/10.1080/13576500444000065>

Slovic, P. (2007). 'If I look at the mass I will never act': Psychic numbing and genocide. *Judgement and Decision Making*, 2, 79-95. <https://doi.org/10.1017/S1930297500000061>

Sousa, V. D., Khan, S., & Pereira, P. S. (2022). A Restituição Cultural Como Dever de Memória. *Comunicação e sociedade*, (41), 11-22. [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).4039](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).4039)

Tyler, K. (2012). The English village, whiteness, coloniality and social class. *Ethnicities*, 12(4), 427-444. <https://doi.org/10.1177/1468796812448020>

Villegas, P. E., Landolt, P., Freeman, V., Hermer, J., Basu, R., & Videkanic, B. (2020). Contesting Settler Colonial Accounts: Temporality, Migration and Place-Making in Scarborough, Ontario. *Studies in Social Justice*, 14(2), 321-351. <https://doi.org/10.26522/ssj.v14i2.2211>

Wagoner, B., & Brescó, I. (2016). Conflict and memory: The past in the present. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 22(1), 3. <https://doi.org/10.1037/pac0000147>